

## **A SOCIEDADE CIVIL E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

### **Uma leitura crítica da teoria habermasiana**

**Renato Francisquini<sup>1</sup>**

#### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo discutir o papel das novas associações da sociedade civil no ato de tornar públicas, através da mídia, as demandas presentes na esfera privada. Parte-se da concepção discursiva de democracia, uma referência à obra de Habermas, em contraposição à perspectiva elitista. Embora sejam feitas algumas ressalvas à primeira, as conclusões apontam para o potencial daquelas associações funcionarem como sensores e caixa de ressonância dos problemas que surgem no que o teórico alemão denomina mundo da vida. Para tais organizações, o acesso aos meios de comunicação é um fator que poderá ampliar o seu poder de influência sobre o sistema político. Contudo, é necessário que esses meios respeitem a pluralidade de pontos de vista presentes na sociedade e não sejam monopolizados por grupos econômicos e políticos.

#### **Palavras-chave**

Democracia discursiva, sociedade civil, mídia, esfera pública, sistema político.

#### **Abstract**

The present article intends to discuss the role of the new associations of civil society while turning into public, through the mass media, the demands placed in the private sphere. It is based on a discursive conception of democracy, a reference to Habermas's work, in a contraposition to elitist perspective. Although some qualifications made to the first approach, the conclusions points out to the potential of those associations working as sensors and box of resonances of the problems that appears in what the German theorist calls life world. For these organizations, the access to media is a way to increase its power of influence over the political system. However, it is necessary that the media maintain respect before the plurality of points of view present in society and don't be monopolized by economic and political groups.

#### **Key-words**

Discursive democracy, civil society, media, public sphere, political system.

#### **Introdução**

A partir do esforço de um conjunto de teóricos houve, na década de 1970, uma revisão do peso do elemento argumentativo no jogo político democrático. O presente trabalho adota uma concepção discursiva de democracia, com base na obra do teórico alemão Jürgen Habermas, que buscou trazer de volta o peso da dinâmica argumentativa contida no processo político, questionando a centralidade do momento decisório apontada por alguns teóricos como Rousseau, Schumpeter e Downs (AVRITZER, 2000a, p. 26).

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); pesquisador do Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da UFMG (CEL-DCP); membro do grupo de pesquisa sobre “Mudança Institucional e Cultura Política” – DCP/UFMG.  
E-mail: rfrancisquini@terra.com.br

Para começar a delinear o modelo de democracia a ser trabalhado nas seções seguintes, nesta introdução a proposta é apontar as principais críticas feitas pela teoria habermasiana às teorias hegemônicas da democracia (SANTOS e AVRITZER, 2002), que se tornaram referência na primeira metade do século XX.

Foram três as principais convicções sob as quais se erigiu o que se denominou elitismo democrático<sup>2</sup>: as diferenças culturais, fruto de uma sociedade em constante pluralização, não poderiam ser resolvidas por meio da argumentação (1); a eficiência de um governo seria determinada pela participação dos técnicos na administração e pela redução das demandas feitas pela sociedade à burocracia (2); e as preferências individuais seriam dadas de antemão e não poderiam ser modificadas durante o processo político (3). Mesmo admitindo que a crescente complexidade do tecido social e da economia e a burocratização do sistema administrativo colocam questões importantes para as democracias contemporâneas, Habermas (1997) não acredita que se deva deixar de lado o conteúdo normativo dessa forma de governo nem tampouco que exista contradição entre a complexidade administrativa e a dinâmica argumentativa. Para os autores que adotam uma concepção discursiva de democracia, existiriam limites à racionalidade e à informação utilizadas pelos agentes burocráticos e um déficit de legitimidade na concepção elitista.

No cerne da teoria habermasiana se encontram os conceitos de esfera pública e racionalidade comunicativa (o foco aqui recairá sobre o primeiro). Em proposições resultantes de um diálogo com Marx e Weber, Habermas, na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, argumenta que o processo que levou à ascensão da burguesia, tal como se deu na Europa Ocidental, permitiu a criação de novas formas de relação entre governados e governantes. A esfera pública seria um espaço de interação entre os indivíduos que se distingue dos sistemas político-administrativo e econômico; nesse espaço se discutem os assuntos públicos e se procuram formas de influenciar as decisões tomadas pelo governo democraticamente constituído (HABERMAS, 1989). No entanto, na mesma obra, o autor aponta para uma decadência, nas sociedades contemporâneas, do ideal normativo a partir do qual se criou a esfera pública burguesa. Teria havido uma espécie de colonização desse espaço pelos sistemas político e econômico, devido à burocratização do aparato estatal e das crescentes demandas provenientes de uma esfera pública ampliada, além de mudanças nos meios de comunicação de

---

<sup>2</sup> Entende-se por elitismo democrático aquelas teorias que se baseiam na redução da soberania popular ao ato de escolher representantes periodicamente e sobre a justificação da presença de elites políticas no sistema administrativo como a forma mais eficaz de se governar (AVRITZER, 2000a).

massa que se tornavam diferentes daqueles que informavam os debates nos cafés londrinos do século XVIII<sup>3</sup>. Já em *Direito e Democracia*, Habermas, de certa forma, reconsiderou sua posição sobre a decadência da esfera pública. Partindo de uma noção procedimental de democracia, o autor lançou os fundamentos de uma democracia discursiva que buscava abarcar os conceitos de sociedade civil e ação comunicativa, este último trabalhado por ele em outra obra de destaque, *Teoria da Ação Comunicativa* (1989). Em *Direito e Democracia* deu-se grande importância aos processos de formação da opinião pública e da vontade coletiva e às formas pelas quais elas poderiam influenciar as decisões políticas (1997).

Na concepção discursiva é na esfera pública que se forma o poder de influência sobre as decisões governamentais. Portanto, há nela uma disputa para exercer alguma forma de pressão sobre o sistema político, e os indivíduos – ou grupo de indivíduos – utilizam, nesse intuito, os recursos a eles disponíveis. Tais recursos podem ser desde a influência política adquirida por instituições como os partidos ou as associações da sociedade civil (associações voluntárias, movimentos sociais etc.), até o prestígio de grupos de pessoas e especialistas que conquistaram esse “capital político” em esferas públicas especiais, como as igrejas ou o campo das artes (idem, p. 96).

A sociedade civil, especialmente através de suas organizações, é um dos atores de destaque no jogo político democrático. Diferentemente do conceito presente na teoria liberal, o núcleo institucional do que atualmente se denomina organizações da sociedade civil refere-se àquelas associações livres, não ligadas ao Estado nem a grupos econômicos, responsáveis por trazer à tona demandas provenientes do mundo da vida e que, de outra maneira, ficariam restritas à esfera privada. Essas organizações são responsáveis por captar os problemas que se encontram fora da esfera pública e fazê-los ascender como assuntos de interesse geral (HABERMAS, 1997; HILGARTNER e BOSK, 1988). Dessa forma, a difusão de idéias e temas apresentados pelos movimentos sociais e pelas associações voluntárias tem grande relevo para o debate público (AVRITZER, 2000b).

Os atores sociais (as associações da sociedade civil, a mídia, os partidos políticos etc.) encontram-se em disputa por influência sobre o processo político e adotam estratégias diversas, de acordo com os recursos disponíveis, a fim de obter os resultados desejados na forma de leis e políticas públicas. No processo de elaboração dos argumentos que irão ascender ao sistema

---

<sup>3</sup> De acordo com Thompson (1998), mesmo naquele período, já existiam, na Inglaterra, jornais de cunho mais comercial.

político os atores constroem as suas preferências e, portanto, estão também sujeitos à influência das demais esferas que estão em interação no espaço público mais geral<sup>4</sup>. A mídia, nesse contexto, apresenta-se como uma arena privilegiada, pois pode tornar visível a um grande número de pessoas um problema que antes ficaria restrito à esfera local (GAMSON et al., 1992). Nesse sentido, para as organizações da sociedade civil, torna-se importante o acesso aos meios de comunicação de massa, especialmente para que possam chamar a atenção de um público maior do que as suas bases para as demandas que visam levar ao sistema político.

A mídia, no modelo aqui proposto, não possui apenas a função de difundir os assuntos públicos, mas é também um dos atores do jogo político. Os meios de comunicação de massa são, em geral, subsidiados; nesse sentido, estão sujeitos à influência de interesses de grupos que também desejam exercer pressão sobre o poder público. A imprensa é uma empresa e o seu produto é a informação. Portanto, seus editores procuram selecionar aqueles conteúdos que, acreditam, terão maior aceitação por parte daqueles que compram e daqueles que patrocinam o jornal. Em outras palavras, existe certo grau de influência indireta do público sobre os conteúdos veiculados. As próprias organizações da sociedade civil agem no sentido de democratizar os desenhos institucionais dos meios de comunicação que, por sua vez, podem ser influenciados pelos formatos institucionais específicos das sociedades em que estão inseridos.

O presente trabalho tem por objetivo discutir as estratégias das novas associações da sociedade civil para tornar públicas, através da mídia, as demandas que captam no mundo da vida. Para tanto, na primeira parte será discutido mais a fundo o conceito de esfera pública em Habermas, buscando estabelecer uma comparação entre as concepções expostas na *Mudança Estrutural da Esfera Pública* e em *Direito e Democracia*. Num segundo momento o enfoque recairá sobre o papel atribuído pela teoria discursiva às organizações da sociedade civil. Por fim, será discutido o papel dos meios de comunicação nesse debate a partir de uma problematização da perspectiva habermasiana sobre a mídia, com foco nas potencialidades desse instrumento para a ação dos movimentos sociais e associações voluntárias e nas barreiras que pode colocar ao estabelecimento de uma esfera pública autônoma. Com isso, procurar-se-á responder por que a esfera pública, através das novas associações da sociedade civil, tem nos meios de comunicação um importante instrumento para exercer influência sobre o sistema político.

---

<sup>4</sup> Não está no escopo do presente estudo aprofundar na discussão referente à formação de preferências. Parte-se do pressuposto de que elas não são dadas de antemão. Além disso, os indivíduos não se encontram em um vácuo sociológico. As suas preferências seriam, portanto, influenciadas por diversos fatores ligados à sua socialização.

### 1. Uma teoria discursiva da democracia

Os teóricos que adotam uma concepção discursiva da democracia acreditam que o modelo elitista tende a retirar-lhe o conteúdo normativo, restringindo a soberania e a participação dos cidadãos ao processo eleitoral de formação de governos. Segundo Santos e Avritzer (2002), essa visão seria resultante de uma leitura equivocada da obra de Weber.

Ao analisar os processos de diferenciação social e econômica por que passavam as sociedades ocidentais desenvolvidas, Weber percebeu uma crescente importância da racionalização técnica sobre as mais diversas esferas do mundo social. Nesse contexto, se dava a emergência de formas complexas de administração dos negócios do Estado e a burocracia se tornava cada vez mais crucial para solucionar os problemas de coordenação das sociedades de massas. A esfera política parecia ser paulatinamente dominada pela ação instrumental, sendo esvaziada, com isso, de seu conteúdo normativo<sup>5</sup>. Segundo Weber, as divergências culturais, resultantes da crescente diferenciação social, não encontrariam solução senão através dos especialistas. A divisão entre meios materiais e trabalhadores seria a base comum do Estado moderno, seja na esfera econômica, social ou política (1946).

Tomando como ponto de partida a análise de Weber, Schumpeter (1983) descartou a hipótese de que a democracia poderia *vir a ser* uma forma de abarcar o pluralismo e a diferença, deixando, assim, as noções culturais e as concepções da “boa vida” fora da política. Dessa forma, o problema da diferença foi colocado em segundo plano pela teoria elitista, pois não encontrava solução na dinâmica argumentativa (AVRITZER, 2000a, p. 28-29). Partindo dessa perspectiva os autores elitistas acreditavam adotar uma visão bastante realista da política, procurando descrever como as coisas *são* ou poderiam *vir a ser*, prestando pouca atenção àquilo que elas *deveriam ser*.

Na tentativa de resgatar a dimensão argumentativa do jogo político-democrático, Habermas propôs algumas elaborações conceituais que variaram ao longo de sua obra. Na *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, o autor chama a atenção para as novas formas de relação com o poder que surgiram a partir do processo que levou à constituição da burguesia. Nesse espaço, que tinha por característica fundamental a independência em relação ao Estado<sup>6</sup> e

---

<sup>5</sup> Para uma crítica da noção de racionalização, ver Habermas (1980).

<sup>6</sup> Outras características importantes seriam: as relações sociais devem ser pautadas pela igualdade (1); os participantes devem utilizar-se de argumentos racionais (2); deve haver a possibilidade de introdução de

ao mercado, os indivíduos discutiam os assuntos públicos e as decisões governamentais e procuravam apresentar as suas demandas e influenciar o sistema político-administrativo. Partindo desse ideal, Habermas procurou fazer uma crítica à sociedade contemporânea e afirmar que houve uma decadência dessa esfera pública burguesa<sup>7</sup> que tinha como modelo os cafés londrinos e os salões parisienses do século XVIII e a mídia que emergia nesse período e oferecia aos indivíduos que participavam das discussões a possibilidade de se informar e interferir no rumo das decisões políticas (HABERMAS, 1989).

As transformações que, segundo Habermas, levaram ao declínio da esfera pública burguesa, estariam ligadas à inclusão de novos participantes, afora a porção educada e proprietária da população européia (perspectiva, esta, deveras influenciada por aquela adotada por Hannah Arendt) e ao desenvolvimento de organizações de massa que funcionavam como mediadoras da participação política. Tais mudanças teriam levado a uma desqualificação dos debates na esfera pública, que haviam deixado de se pautar pela troca de argumentos para se tornar um palco de negociações. Além disso, o obscurecimento da distinção entre público e privado e as mudanças sócio-econômicas seriam os fatores responsáveis pela decadência do modelo a partir do qual o autor construiu a sua análise. Com relação aos meios de comunicação, a visão de Habermas é de que o aparecimento dos grandes conglomerados e das novas tecnologias tornou possível que a informação chegasse a um público muito maior e fosse consumida no espaço privado, restringindo, assim, o debate. Na medida em que crescia a circulação dos materiais midiáticos, aumentava a necessidade de subsidiá-la, o que teria sido responsável por uma perda da qualidade dos argumentos ali expostos. Teria havido uma colonização daquele espaço pelo sistema político e econômico. Essa visão é uma clara referência à teoria crítica da Escola de Frankfurt (CALHOUN, 1992, p. 2-3). Já Thompson (1998) argumenta, por outro lado, que mesmo no período analisado por Habermas na obra em questão, a mídia não era tão-somente “política”. Desde o surgimento da imprensa na Inglaterra, conviviam alguns órgãos mais voltados para a ação política e outros de caráter mais comercial.

Diversas obras surgiram na área da teoria crítica a partir da *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Os desenvolvimentos mais importantes procuraram chamar a atenção para a

---

novos temas (3); a esfera pública deve ser um espaço inclusivo e qualquer pessoa que tenha acesso aos meios de informação poderia participar da deliberação (4) (CALHOUN, 1992).

<sup>7</sup> Vale a pena chamar a atenção para o fato de que se falar em uma esfera pública “burguesa” não se refere apenas à composição dessa esfera pública, mas às características da sociedade que deu forma a ela (idem).

dimensão interativa presente nas sociedades contemporâneas<sup>8</sup> (AVRITZER, 2000b). Foram várias, também, as críticas direcionadas à concepção de esfera pública apresentada por Habermas naquela obra. Em grande parte, essas críticas se vinculavam à característica exclusivista desse espaço, do qual eram deixadas de fora as classes menos abastadas e as mulheres, por exemplo. Nesse sentido, aqueles que tomavam parte nos debates poderiam conduzi-lo de forma a prejudicar os interesses daqueles que estavam impossibilitados de participar. Um outro problema é que o autor não deixou claro se os elementos que davam forma ao processo de deliberação nos espaços identificados por ele no século XVIII ainda poderiam ser encontrados nas sociedades contemporâneas (AVRITZER, 2000a, p. 37). De qualquer forma, nas obras subseqüentes, Habermas procurou dar conta de alguns dos problemas apontados pela vasta literatura que se desenvolveu a partir de suas idéias.

Em sua segunda obra de destaque, *Teoria da Ação Comunicativa*, nota-se uma preocupação maior com a dinâmica argumentativa característica das sociedades contemporâneas. Segundo o autor, a sua teoria mudou menos em seus fundamentos do que na complexidade com que passou a tratar de alguns aspectos (1992; 1984). Na *Teoria da Ação Comunicativa*, parece haver uma preocupação com a idéia da criação de um consenso discursivo “sobre as características da ordem social em disputa”. Esse consenso pressuporia a existência de formas de argumentação próprias ao mundo da vida, que continuariam presentes na sociedade. Foi a partir dessa obra, portanto, que se iniciaram os esforços para aplicar a teoria discursiva à compreensão da política democrática contemporânea (AVRITZER, 2000a, p. 38-39).

No ano de 1992, Habermas lançou *Direito e Democracia*, no qual procurou rever alguns dos conceitos que haviam sido criticados e debatidos desde o lançamento da *Mudança Estrutural*. No intuito de construir um modelo de democracia, o autor tomou como ponto de partida dois pólos: os modelos republicano, de um lado, e liberal, de outro, procurando situar a sua própria teoria entre eles. Da perspectiva republicana, assimilou a noção de que a deliberação pública deve orientar a ação do Estado; da tradição liberal, a idéia de direitos individuais e a noção de que o sistema político é quem produz as leis e toma decisões que obrigam coletivamente. Ambas as esferas – pública e política – deveriam se encontrar conectadas e a base da soberania civil estaria na influência exercida pela comunicação produzida na esfera pública sobre o sistema político, composto por membros democraticamente eleitos. Nesse

---

<sup>8</sup> Com destaque para duas perspectivas que deram substância, empírica e analítica, ao argumento: a teoria dos movimentos sociais e a teoria da sociedade civil.



sentido, o sistema parlamentar deveria estar aberto aos sinais emitidos pela rede de esferas públicas na qual se formariam as demandas dos indivíduos (1997).

Diferentemente do conceito apresentado na *Mudança Estrutural*, nota-se, em *Direito e Democracia*, a idéia de uma rede de esferas públicas periféricas formando uma esfera pública mais geral. O próprio autor admitiu que, se houvesse considerado desde o primeiro momento a coexistência de esferas públicas em competição, talvez tivesse construído uma imagem diferente para o seu modelo (1992, p. 425). Na concepção adotada a partir de então, a sociedade civil – caracterizada pelo pluralismo valorativo – torna-se a base de esferas públicas autônomas, permeáveis e não hierarquizadas. Essas esferas, no entanto, não estão isoladas. Elas se comunicam e se sobrepõem umas às outras, constituindo uma espécie de “estrutura comunicativa do agir orientado para o entendimento” enraizada no mundo da vida. Essa estrutura seria o *locus* da formação democrática da opinião pública e da vontade coletiva que são transmitidas ao sistema político como forma de influenciar as suas decisões. A esfera pública, portanto, filtra e sintetiza os fluxos comunicacionais, condensando-os em feixes de opiniões sobre temas específicos<sup>9</sup> (1997, p. 93). Nela também se dá a luta por influência e cada ator utiliza os recursos disponíveis para agir sobre o sistema político<sup>10</sup>. De qualquer forma, em última instância, a influência que cada ator tem sobre a comunicação pública deve estar apoiada “no assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos” (idem, p. 96).

O conceito elaborado por Habermas foi traduzido pelo autor na metáfora dos sensores sociais. A esfera pública seria representada por uma rede de radares, dotados de sensores, espalhados no interior da sociedade e sensíveis a ponto de reagir à pressão exercida pelos problemas provenientes do mundo da vida. Essa rede também levaria à formação de opiniões coletivas, que seriam responsáveis por influenciar as decisões tomadas pelo sistema político-administrativo. Além disso, a esfera pública funcionaria como uma caixa de ressonância, que amplificaria os problemas que capta na sociedade e os tematizariam de forma a chamar a atenção do poder público (idem).

Tendo em vista o que foi apresentado até aqui, cabe indagar de que forma a sociedade civil poderia vir a exercer, de fato, influência sobre o sistema político? Qual a importância das

---

<sup>9</sup> A opinião pública não é representativa do ponto de vista estatístico. É assim considerada pelo modo como se forma e através do assentimento de que goza.

<sup>10</sup> É importante lembrar que nem sempre os recursos são igualmente distribuídos e isso pode acarretar problemas ao modelo deliberativo proposto pelo autor; contudo não é objetivo do presente trabalho discutir mais a fundo esse tema.



organizações sociais como aglutinadores das demandas provenientes do mundo da vida? Nas próximas seções esses temas serão discutidos mais a fundo.

## **2. As organizações da sociedade civil e a esfera pública**

Como visto na seção anterior, a esfera pública seria responsável por detectar os problemas que se encontram na esfera privada e por torná-los visíveis a ponto de ascenderem como temas de interesse público mais geral. No modelo desenvolvido por Habermas, tomando como referência a sociedade burguesa do século XVIII, a esfera pública era constituída pela reunião de vários “indivíduos privados” que formavam um público (1997, p. 98). Já na sociedade contemporânea, o que o autor chama de “núcleo institucional” da sociedade civil seria formado pelas diversas organizações e associações independentes do Estado e do mercado, “as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida”. Este núcleo

Forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. Esses “*designs*” discursivos refletem, em suas formas de organização, abertas e igualitárias, certas características que compõem o tipo de comunicação em torno da qual se cristalizam, conferindo-lhe continuidade e duração (idem, p. 99).

Cohen e Arato (1992) chamam a atenção para o fato de que essas organizações possuem algumas das características distintivas da esfera pública no modelo habermasiano. Além de serem independentes do Estado e dos grupos econômicos, estariam vinculadas ao mundo da vida, identificando os problemas que ali se encontram e que, de outra forma, ficariam restritos ao espaço onde surgiram. Por outro lado, esses autores afirmam que a mera possibilidade de influência, tal como sugerida por Habermas, seria insuficiente para conectar o sistema político à esfera pública. Nesse sentido, tentam estabelecer um modelo para essa articulação, utilizando as organizações da sociedade civil como mediadoras da relação<sup>11</sup>.

Sorj (2004) argumenta que para compreender a ascensão dos novos movimentos da sociedade civil deve-se levar em conta a crise das ideologias socialistas e as novas formas de gestão empresarial que, ao debilitar os movimentos sindicais e reduzir a relevância do proletariado industrial, culminaram em certa desradicalização da política partidária e da polarização histórica entre esquerda e direita. Os partidos políticos deixaram de ser os canais

---

<sup>11</sup> Para críticas ao modelo habermasiano, ver, por exemplo: Avritzer (2000a), Bohman (1996), Cohen e Arato (1992).

através dos quais os cidadãos expressam as suas preferências e tornaram-se muito mais administradores de pressões. Houve, nesse sentido, um descolamento entre a elaboração de “causas sociais” e a política partidária. Aqueles grupos que, antes, encontravam uma forma de pressão sobre o poder político nos partidos e associações sindicais a eles vinculadas, deixaram de ter um canal próprio para expressar as suas demandas. O fenômeno em questão trouxe, então, um novo ator ao jogo político: as novas organizações da sociedade civil, que passaram a ser consideradas “representantes” dos setores marginalizados (SORJ, 2004).

O fenômeno em questão se materializa de diferentes formas, de acordo com as diferenças notadas nos países analisados, não se restringindo exclusivamente aos países desenvolvidos. Na América Latina, por exemplo, houve um aumento expressivo do número de associações civis, mesmo em países que não tinham uma tradição de associativismo. Desde o período que marca o início da transição democrática é possível observar uma pluralização da ação social, que traz à baila novos atores com demandas também diferentes daquelas ligadas à luta pela integração de grupos ainda marginalizados no mercado político (AVRITZER, 1999).

Entretanto, a visão de Cohen e Arato possui ao menos um problema que merece ser destacado. Ao admitir que as organizações da sociedade civil possibilitaram novas formas de participação e ampliaram o leque de temas a serem discutidos publicamente, limitando a tendência à burocratização e à mercantilização da vida social, os autores atribuem uma certa neutralidade a tais associações. Não se pode deixar de lado que, por vezes, as instituições da sociedade civil também sofrem a influência dos sistemas econômico e político. Muitas delas, inclusive, estão formalmente ligadas ao Estado. Além disso, se elas se apresentam como uma dimensão da esfera pública, como admitir que algum grupo seja representante de outros? A esfera pública é assim considerada porque se apresenta como espaço aberto para a circulação de diferentes opiniões que não são representadas por nenhum ator distinto: essas associações não possuem um processo formal e legítimo que as autorize a falar em nome de outros<sup>12</sup> (SORJ, 2004).

Mesmo com ressalvas, é preciso admitir que as associações da sociedade civil são atores relevantes do jogo político democrático. Os partidos e outros atores estatais têm nesses grupos uma importante fonte para conhecer as demandas que, de outra forma, ficariam restritas e impossibilitadas de ascender como temas públicos. Além disso, é importante considerar que o

---

<sup>12</sup> No entanto, alguns grupos podem se sentir mais “representados” por associações que não possuem um processo de autorização do que por instituições, como os poderes legislativos, cujos representantes sejam escolhidos diretamente por eles e, nem por isso, lhes sejam responsivos.

processo de formação dos movimentos sociais envolve a construção de identidades a partir da interação coletiva dentro dos grupos e entre eles. Estabelecidas as redes de interatividade, tais atores tematizam problemas, tornam visíveis certos conflitos e discutem as decisões tomadas na esfera política. Partindo-se do ponto de vista das mudanças sociais e culturais mais amplas, esses movimentos continuam exercendo um papel de propulsores dessas transformações (DOMINGUES, 2007). No caso das associações voluntárias, nota-se, também, o desenvolvimento de solidariedades e identidades que são capazes de fazer o mesmo movimento. Por vezes, “elas se organizam de forma democrática e servem para a renovação e transmissão de uma cultura democrática no nível micro” (AVRITZER, 2000b, p. 67). A partir do momento em que os partidos e o próprio Estado passam a não ser capazes de expressar as dimensões morais da política, tal discurso passa a ser transferido para a “sociedade civil”,

da qual a imprensa geralmente se apresenta como porta-voz e em cuja mobilização tem papel central, através da denúncia, em nome de “valores absolutos”, de comportamentos não-idôneos de homens e mulheres ou agências públicas (SORJ, 2004, p. 67).

Portanto, uma imprensa livre e aberta ao movimento dos diversos grupos sociais poderá garantir a infra-estrutura para mediar uma comunicação pública que irá informar o sistema político sobre as demandas presentes no mundo da vida (HABERMAS, 1997, p. 101). Muito embora este não seja o caso de grande parte da imprensa em diversos lugares do mundo, os próprios movimentos sociais e as associações voluntárias procuram influenciar os desenhos institucionais dos meios de comunicação. Entre os novos formatos destes meios é comum encontrar canais comunitários e conselhos que facultam a participação da sociedade civil (AVRITZER, 2000b, p. 68).

Os meios de comunicação de massa apresentam-se, nesse contexto, como importantes mediadores do processo de deliberação. Os problemas captados no mundo da vida pelos sensores da rede de esferas públicas periféricas têm na mídia um importante amplificador. Na próxima seção serão discutidas mais a fundo as potencialidades e barreiras que os meios de comunicação de massa apresentam ao modelo de democracia exposto até aqui.

### **3. Os meios de comunicação de massa e a deliberação pública**

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa trouxe ao menos uma grande transformação para os padrões tradicionais de interação social: permitiu aos indivíduos o estabelecimento de relações dialogais sem a necessidade de sua presença no mesmo ambiente

físico – além de ter proporcionado aos indivíduos a possibilidade de agirem e reagirem a eventos ocorridos em locais distantes (THOMPSON, 1998)<sup>13</sup>.

Para dar conta dessa nova forma de “interação”, Thompson cunhou o termo “quase-interação mediada”. Para ele, o caráter essencialmente monológico do modelo de comunicação presente nas sociedades contemporâneas e o fato de ser uma produção de formas simbólicas que tem como interlocutores uma quantidade praticamente inestimável de indivíduos, não permitiriam que fosse considerada uma interação em seu sentido lato. Entretanto, deve-se considerar que, mesmo não estabelecendo uma relação diretamente dialógica, as informações difundidas pela mídia podem não ter apenas uma via. Se, por um lado, é difícil criar um debate direto, a troca de argumentos pode se dar entre duas mídias distintas, ou mesmo entre uma edição e outra de um mesmo jornal<sup>14</sup>. Além disso, algumas das novas tecnologias permitem, sim, uma interlocução direta (Internet, tv digital etc.), ou seja, o desequilíbrio entre produtores e receptores apresenta-se em graus diferentes de acordo com o veículo tomado para análise. Embora em muitos casos não haja interferência direta dos receptores sobre os produtores, estes últimos orientam a produção do conteúdo a ser veiculado nos meios para aqueles que, imaginam, receberão a informação. Em outras palavras, existe pelo menos certo grau de influência indireta do público sobre os conteúdos veiculados pela mídia. Nesse sentido,

O crescimento dos múltiplos canais de comunicação e informação contribuiu significativamente para a complexidade e imprevisibilidade de um mundo já extremamente complexo (THOMPSON, 1998, p. 107).

Cabe, então, indagar quais as conseqüências desse fenômeno para a política. Com as transformações tecnológicas e sociais, os *media* consolidaram-se como instituição própria do debate político, o que acabou forçando os atores presentes em tal debate a redefinir suas estratégias comunicativas. A emergência da mídia como instituição própria da difusão dos assuntos públicos na sociedade de massas modificou a relação entre os cidadãos e a política.

No esquema proposto por Manin (1995), o atual estágio do governo representativo seria denominado “democracia de público”. O autor chama a atenção para o papel essencial dos meios de comunicação, que teriam alterado a natureza da representação ao permitir que os

---

<sup>13</sup> Ainda que se admita que os meios de comunicações tradicionais permitissem um diálogo, há uma diferença qualitativa fundamental: a possibilidade de atingir um público infinitamente maior e pouco específico.

<sup>14</sup> Dahl (1997), ao procurar estabelecer critérios para que uma sociedade seja considerada uma poliarquia, aponta como critério fundamental que estejam presentes fontes simétricas de informação em relação às alternativas de argumentos existentes.

políticos se dirigissem diretamente aos seus eleitores sem a necessidade da mediação dos partidos ou de uma interação presencial. A imprensa não possuiria mais uma orientação partidária, pelo menos oficialmente, fazendo com que os cidadãos estejam expostos a opiniões conflitantes, mudando suas próprias opiniões de forma razoavelmente constante. O debate, com isso, passaria a se dar sem a necessidade de mediação dos partidos políticos. As outras diversas esferas que se encontram na sociedade teriam, nesse sentido, a oportunidade de também fazer ascender as suas demandas à mídia – procurando participar da formação da “opinião pública” –, já que os partidos não seriam mais interlocutores de algumas das reivindicações que antes eram representadas por eles (houve um processo de pluralização das demandas, que acompanhou um processo mais amplo de complexificação que ocorreu nas sociedades modernas com a inclusão de novos atores no mercado político).

Entretanto, a presença dos meios de comunicação na política não se restringe ao monopólio do ato de tornar público. A mídia possui alguns recursos que a tornam uma das arenas importantes no jogo político: entre eles, destaca-se o controle do agendamento dos temas mais relevantes politicamente; a moldagem dos atores (individuais ou coletivos) através da construção de imagens sociais; e, sintetizando os dois primeiros, a composição dos cenários políticos (THOMPSON, 1998; RUBIM, 1994). Os meios de comunicação tornaram-se, nesse sentido, uma importante arena na e da disputa política e, por isso, os diversos atores procuram elaborar estratégias para controlar a agenda mediática<sup>15</sup>.

Alguns pontos devem ser observados no intuito de qualificar a análise dessa arena. Em primeiro lugar, faz-se necessário chamar a atenção para a posição dos diversos atores sociais em relação aos falantes e aos ouvintes. Segundo Habermas, quanto mais presente a mídia estiver como mediadora da comunicação política, mais clara será a diferenciação dos papéis de atores e espectadores. Nesse sentido, é preciso levar em conta se e quanto das tomadas de posição daqueles que se encontram nas galerias deve-se aos processos de convencimento ou a processos de poder mais ou menos disfarçados (1997, p. 108). Além disso, tendo em vista que a mídia tem o controle sobre a seleção e o enquadramento dos temas a serem veiculados em suas páginas e telejornais, surge uma questão importante: saber o verdadeiro grau de influência dos atores sociais e políticos sobre as informações que ascendem como temas relevantes para o debate público que ocorre na mídia. Muitas vezes, aqueles atores ou organizações que se

---

<sup>15</sup> Obviamente, existem outras formas de agir sobre o sistema político. No entanto, optou-se por focar sobre essa estratégia, que consideramos importante no intuito de influenciar as decisões a serem tomadas pelo poder público.

encontram fora do sistema político ou econômico têm poucas chances de influenciar os conteúdos que serão veiculados na grande imprensa, especialmente nos meios eletrônicos, que possuem menos espaço para o debate mais aprofundado dos assuntos ali apresentados (idem, p. 110). O código profissional e a auto-regulação dos meios de comunicação de massa podem não ser suficientes para evitar a distorção e a colonização do espaço mediático pelas esferas políticas e econômicas.

Mais uma vez tendo como referência a teoria crítica da Escola de Frankfurt, especialmente os trabalhos de Adorno e Horkheimer, a perspectiva habermasiana propõe a separação entre os públicos críticos e a massa de consumidores dos bens simbólicos. Segundo essa corrente, o crescimento da indústria mediática implicaria em uma ampliação dos consumidores acrílicos em detrimento do público mais reflexivo. Tal idéia pressupõe que a semelhança nos processos de produção de bens culturais e materiais levaria a uma convergência na forma de consumo dos mesmos. No entanto, essa ausência de uma diferenciação entre produção e recepção leva a uma visão míope dos efeitos da comunicação sobre os receptores. Não se pode deixar de lado que a fixação das mensagens veiculadas pela mídia não determina, sem mais, os efeitos destas sobre a ação dos interlocutores. Para compreender de forma adequada a recepção dos produtos culturais, faz-se necessário incluir a intenção dos produtores e o contexto em que se encontram os receptores. Os indivíduos processam criticamente o conteúdo das mensagens, e é precisamente a flexibilidade proporcionada por esses elementos que permite uma disputa pela interpretação daquilo que é apresentado publicamente (AVRITZER, 2000b).

Ademais, as associações da sociedade civil procuram influenciar não só os temas e as interpretações veiculadas nos meios de comunicação. Existe o movimento no sentido de democratizar os próprios desenhos institucionais da mídia, procurando torná-los mais abertos à participação da sociedade civil (idem).

Nesse sentido, nota-se que a mercantilização não esgota o espaço para o debate e tampouco encerra a possibilidade de reflexão a partir do consumo de produtos culturais. O fato de existirem desenhos institucionais diversos pressupõe que a forma mercadoria, por si só, não impede a reflexividade sobre aquilo que é consumido.

### **Considerações finais**

Tendo em vista o que foi apresentado até aqui, nota-se que o modelo discursivo de democracia surgiu como uma forma de se contrapor à perspectiva elitista que se tornou hegemônica na primeira metade do século XX. A teoria discursiva buscou trazer de volta o elemento argumentativo presente no processo político, negligenciado por aqueles autores que, a partir de uma leitura equivocada da obra de Weber, apontavam para a centralidade do momento de formação de governos. Mesmo reconhecendo o argumento weberiano sobre os desafios colocados pela complexidade do tecido social e da economia e a burocratização do sistema administrativo para as democracias contemporâneas, Habermas não acredita que elas devam ser esvaziadas de seu conteúdo normativo. Para ele, não existiria contradição entre a complexidade dos assuntos tratados pelo Estado e a dinâmica argumentativa, dada a existência de uma esfera distinta das esferas estatal e econômica, que se caracteriza por uma racionalidade comunicativa.

Tais conceitos sofreram modificações em longo de sua obra. De acordo com o modelo proposto por Habermas em seu trabalho mais recente, a rede de esferas públicas encontra-se conectada ao mundo da vida no intuito de captar as suas reivindicações e transmitir esses sinais ao sistema político, exercendo influência sobre as suas decisões. A partir da metáfora dos sensores sociais, que captam e condensam os problemas detectados nas esferas privadas para, em seguida, transmiti-los ao governo na forma de assuntos de interesse público, nota-se que as novas associações da sociedade civil, mesmo com as ressalvas apresentadas, são importantes atores do jogo político democrático.

Desde o momento em que os partidos políticos mostraram-se incapazes de se apresentar como interlocutores das “causas morais” presentes na sociedade civil, novos atores adquiriram relevo na elaboração de tais demandas. Foi nesse contexto que os movimentos sociais e as associações voluntárias passaram a “representar” setores marginalizados no mercado político. Porosas aos problemas que surgem no mundo da vida, as organizações da sociedade civil se tornaram os sensores responsáveis por captar as demandas que, de outra forma, ficariam restritas ao local onde surgiram. Por se apresentarem em uma esfera independente do Estado e do mercado – embora não isolada destas – aqueles agrupamentos acabaram exercendo o papel de pluralizadores da ação social, que antes era ficava a cargo das associações ligadas aos aparatos partidários. Nesse sentido, nota-se que os movimentos sociais e as associações voluntárias tiveram e continuam tendo um papel fundamental para a ampliação das fronteiras do político e para a inclusão de novos temas na esfera pública.



Ainda segundo o modelo habermasiano, a esfera pública, além de captar os problemas que se encontram nas esferas privadas, deve servir de caixa de ressonância, capaz de fazer com que esses temas ascendam como assuntos de interesse público. Nesse intuito, os meios de comunicação de massa apresentam-se como arenas propícias para que determinadas demandas ganhem visibilidade a ponto de exercerem alguma influência sobre o sistema político.

O desenvolvimento das novas tecnologias de informação deu novos contornos à percepção da realidade pelos indivíduos e, com isso, reestruturou a forma de interação social entre eles. A construção da realidade social encontra-se cada vez mais dependente daquilo que a mídia apresenta através de seus veículos. Esse fenômeno tem implicações importantes sobre o ambiente político. Os meios de comunicação de massa se tornaram o espaço privilegiado para a difusão de opiniões, idéias e debates acerca dos mais variados temas. Embora a política se realize em atos e idéias que surgem fora do ambiente mediático, em algum momento estes irão transitar por ele. A disputa pelo que é de interesse público está, em grande medida, ligada à disputa pelo que é visível. No intuito de viabilizar a ação coletiva, a sociedade civil, através de suas associações, procura, estrategicamente, ocupar o espaço de visibilidade pública. Dessa forma, as idéias e temas apresentados por tais organizações são parte fundamental do debate público nas sociedades contemporâneas. Entretanto, a mídia não é apenas esse espaço de difusão de temas, ela é também um dos atores em disputa por influência no jogo político. Como visto na última seção deste trabalho, é preciso observar algumas questões relevantes sobre os meios de comunicação para que eles não se tornem barreiras a uma esfera pública autônoma.

Sabe-se que os veículos mediáticos são, em geral, subsidiados por grupos que estão preocupados com os seus lucros. Nesse sentido, é preciso analisar em que medida as outras esferas (estatal e econômica) exercem poder sobre o conteúdo veiculado na imprensa. Cabe indagar, além disso, até que ponto a divisão entre atores e espectadores pode prejudicar a comunicação pública e as tomadas de decisão destes últimos, que poderiam ser levados a se posicionar a favor ou contra em um determinado assunto não apenas por terem sido persuadidos pela força do melhor argumento, mas por processos de poder camuflados.

De toda forma, acredita-se que, se forem levadas em conta as ressalvas apontadas no decorrer deste texto, os meios de comunicação apresentam potencialidades que podem ser utilizadas pelos atores da sociedade civil para influenciar o sistema político. A possibilidade, por exemplo, de levar indivíduos a reagir a eventos que acontecem a milhares de quilômetros de distância é um recurso importante para amplificar os problemas captados pelos sensores da

esfera pública localizados no mundo da vida. Muitas vezes, os atores coletivos adotam estratégias comunicativas que têm sucesso em trazer à tona problemas importantes e de interesse público – que não teriam possibilidade de emergir à agenda governamental – e, com isso, estabelecem o debate sobre demandas que ficariam restritas à esfera privada.

Ao separar analiticamente os processos de produção e recepção dos produtos culturais, é possível notar que ainda existe espaço para a reflexão a partir das mensagens veiculadas na mídia. O que os indivíduos farão com o conteúdo absorvido está, em última instância, relacionado ao contexto em que os mesmos se encontram e às suas capacidades. Não se sustenta a tese de que o efeito das mensagens seria indistinto e irresistível sobre um público de consumidores passivos.

A pergunta seria, então, como potencializar essas virtudes e atenuar os problemas que podem decorrer da presença mediática como palco do debate público? É muito importante que os meios de comunicação respeitem a diversidade de pontos de vista presentes na sociedade. Os grupos que não estão representados no sistema político devem ter a possibilidade de fazer chegar ao público de cidadãos os temas de seu interesse. Essa pode ser uma forma de ampliar o debate político, já que oferece a oportunidade para que outros grupos tomem conhecimento dessas demandas e possam também dar a sua contribuição para o processo deliberativo. Vale a pena chamar a atenção para o potencial dos movimentos da sociedade civil e das associações voluntárias no sentido de influenciar o desenho institucional dos meios de comunicação. A possibilidade de democratizar o acesso ao espaço de visibilidade pública, com a criação de canais comunitários e conselhos com a participação dos cidadãos, é um tema que merece destaque nessa contenda. O convite à discussão é fundamental no sentido de tornar robusta a esfera pública e fazer com que o sistema político esteja cada vez mais poroso aos feixes de opinião provenientes da sociedade civil. Dessa forma, os representantes se tornarão mais *accountable* e responsivos àqueles que, de fato, são detentores da soberania em um regime democrático.

Se não é possível isolar os efeitos dos sistemas político e econômico sobre a mídia, pode-se, ao menos, criar processos em que as interfaces entre eles se dêem de forma mais visível ao público, criando constrangimentos à proliferação de relações impróprias ao caráter democrático. Dessa forma, é válido que se discutam formas de dar mais transparência aos processos de regulação dos meios de comunicação, por exemplo, na concessão de canais de

rádio e TV. Evitar que grupos econômicos ou políticos monopolizem o acesso a esses meios seria uma forma de democratizar, também, o poder de influência sobre o sistema administrativo.

### **Bibliografia**

AVRITZER, L. “Teoria Democrática e Deliberação Pública”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 50, pp. 25-46, 2000a.

AVRITZER, L. “Entre o diálogo e a reflexividade: A modernidade tardia e a mídia” In: AVRITZER, L. e DOMINGUES, José M. (orgs.) *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000b.

AVRITZER, L. El nuevo asociacionismo latinoamericano y sus formas públicas: propuestas para un diseño institucional. In: OLVERA, Alberto (org.) *La sociedad civil: de la teoría a la realidad*. México, D.F.: El Colegio de México, 1999.

BOHMANN, J. *Public deliberation*. Cambridge: MIT Press, 1996.

COHEN, Joshua e ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

CALHOUN, C. Introduction: Habermas and the Public Sphere. In: CALHOUN, C. (org.) *Habermas and the Public Sphere*. Massachusetts: MIT Press, 1992.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DOMINGUES, José Maria. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. In: *Observatório Político e Social Latino-Americano (OPSA)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br>

GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles. The rise and fall of social problems: a public arenas model. *American Journal of Sociology*, v. 94, nº 1, p. 53-78, 1988.

HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, C. (org.) *Habermas and the Public Sphere*. Massachusetts: MIT Press, 1992.

HABERMAS, J. *The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of a Bourgeois Society*. Cambridge: MIT Press, 1989.

HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1984.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência enquanto ideologia*, São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29: 5-34, 1995.

ROCHA, M. M. da. Minorias e Recursos em Duas Vertentes da Teoria Democrática. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. DCP/UFMG. Belo Horizonte, 2006.

RUBIM, Antônio A. C. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS, Heloiza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Scritta, 1994.

SANTOS, B. de S. e AVRITZER, L. “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1983.

SORJ, Bernardo. A sociedade civil, as ONGs e a globalização das agendas sociais. In: SORJ, B. *A democracia inesperada*. Cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

YOUNG, I. M. “Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa”. In: SOUZA, J. (org.). *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: GERTH, H.; MILLS, C. Wright. *From Max Weber*. New York: Free Press, 1946.